



ANEXO V

DISCRIMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DAS RECEITAS

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS

✓ **IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU**

1. Constituição Federal - Art. 182
2. Lei Orgânica do DF, de 1993.
3. Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.
4. Decreto nº 16.100, de 29/11/94 e Alterações.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o IPTU. => Revogado pelo Decreto 28.445, de 20/11/2007.
5. Lei Complementar nº 04, de 30/12/94 e alterações.
Código Tributário do DF.
6. Lei Complementar nº 10, de 11/07/96 – DODF 12/07/96 – Multas pagas com atraso.
Dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
7. Lei Complementar nº 12, de 22/07/96 – DODF 23/07/96 – Juros moratórios. (Revogado)
Dispõe sobre a aplicação de juros moratória aos tributos não pagos na data do vencimento.
8. Lei Complementar nº 14, de 19/12/96 - DODF 20/12/96 – IPTU - PADES/DF.
Dispõe sobre a concessão de isenção, com prazo de duração determinado, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incidente sobre imóveis concedidos ou alienados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal PADES/DF.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

9. Lei Complementar nº 15 de 30/12/96 – DODF 31/12/96 – Carta de Habite-se.
Dá nova redação ao inciso IV do art. 19 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, acrescenta-lhe parágrafos e dá outras providências.
10. Lei Complementar nº 16 de 02/01/97.
Reabre o prazo de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996, que dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor dos tributos pagos com atraso, e dá outras providências.
Dá nova redação ao inciso IV do art. 19 do Dec-Lei nº 82, de 26/12/66, acrescenta-lhe parágrafos, e dá outras providências.
11. Decreto nº 17.960, de 30/12/96 – DODF de 31/12/96 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994 e dá outras providências.
12. Decreto nº 17.990, de 24/01/97 – DODF de 27/01/97.
Regulamenta a Lei Complementar nº 15, de 30 de dezembro de 1996.
13. Decreto nº 18.004, de 30/01/97 – DODF de 31/01/97 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994 - Regulamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU, e dá outras providências.
14. Decreto nº 19.027, de 10/02/98 – DODF de 11/02/98 – Altera o Decreto nº 16.100/94.
Altera o Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamente o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
15. Decreto nº 19.436, de 16/07/98 – DODF de 16/07/98 – Regulamenta a Lei nº 1.170/96 – Outorga onerosa.
Regulamenta a Lei nº 1.170 de 24 de julho de 1996, que “institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal” e a Lei nº 1.832, de 14 de janeiro de 1.998, que “altera a Lei nº 1170/96” e dá outras providências.
16. Decreto nº 20.023, de 1º/02/99 – DODF de 02/02/99 – Isenção IPTU/apos/pens.
Dispõe sobre o prazo para a apresentação do requerimento a que se refere o § 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, e dá outras providências.
17. Decreto nº 20.957, de 13/01/00 – DODF de 17/01/00 – Regulamenta a Lei nº 2.483/99 – Tratamento Tributário PRÓ-DF - § 3º do art. 6º que concede isenção do IPTU por 05 anos.
Regulamenta a Lei nº 2.483, de 19 de novembro de 1999, que estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF.
18. Decreto nº 22.608, de 13/12/01 – DODF de 14/12/01 – Alterações.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Regulamenta a Lei Complementar nº 377, de 4 de abril de 2001, introduzindo alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, e dá outras providências.

19. Decreto nº 22.169, de 30/05/2001 – DODF de 31/05/01 – Alterações.
Introduz alteração no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
20. Decreto nº 23.072, de 03/07/02 – DODF de 04/07/02 - Alterações.
Introduz alteração no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994.
21. Decreto nº 24.433, de 02/03/04 – DODF de 03/03/04 – Alterações.
Introduz alteração ao Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
22. Decreto nº 25.512, de 19/01/05 – DODF de 20/01/05 – Alterações.
Introduz alteração no Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, que regulamenta a Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, e consolida a legislação referente ao Processo Administrativo Fiscal, e dá outras providências.
23. Decreto nº 25.555, de 31/01/05 – DODF de 02/02/05 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
24. Decreto nº 25.959, de 21/06/05 – DODF de 22/06/05 – Alterações.
Introduz alterações no artigo 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
25. Decreto nº 26.242, de 27/09/05 – DODF de 28/09/05 – Alterações
Introduz alterações no art. 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
26. Decreto nº 26.527, de 13/01/06 – DODF de 16/01/06 – Alterações.
Dá nova redação ao § 9º do artigo 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
27. Lei complementar nº 726 de 06/02/2006.
Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 4, de 30/12/94 – Código Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

28. Decreto nº 28.445, de 20/11/2007.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
29. Decreto nº 28.817, de 29/02/08 – DODF de 03/03/08 – Altera o Decreto nº 28.445, de 20/11/2007.
30. Decreto nº 28.831, de 06/03/2008 – DODF de 07/03/2008.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
31. Decreto nº 30.519, de 02/07/2009.
Altera o Dec. Nº 28.445, de 20/11/2007, que consolida a legislação que institui e regulamenta o IPTU. (3ª alteração)
32. Portaria nº 168, de 15 de julho de 2010.
Dispõe sobre procedimentos para requerer alteração de alíquota do IPTU para imóveis edificados, com utilização exclusivamente residencial.
33. Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011.
Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências.
34. Lei nº 4.692, de 12 de dezembro de 2011.
Altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, e a Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, e dá outras providências.
35. Lei nº 4.882, de 11 de julho de 2012.
Suspende a exigibilidade e concede a remissão e a isenção de débitos tributários relativos à Taxa de Limpeza Pública incidente sobre móveis pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.
36. Portaria nº 215, de 20 de dezembro de 2012.
Fixa os prazos de vencimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, para o exercício de 2013, e dá outras providências.
37. Decreto nº 34.025, de 11 de dezembro de 2012.
Altera o Decreto nº 28.445, de 20 de novembro de 2007, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.



38. Lei nº 4.985, de 10 de dezembro de 2012.

Atualiza a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial urbana – IPTU, para o exercício de 2013, e dá outras providências.

✓ **IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA RETIDO NAS FONTES – TRABALHO**

1. Artigo 153, III, da Constituição Federal.

2. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

3. Portaria STN nº 300, de 27/06/2002.

Altera o Código da Natureza da Receita, previsto na Portaria STN nº 212, de 04/06/2001.

4. Medida Provisória nº 202/2004.

Altera a legislação tributária federal.

5. Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010;

6. Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012;

7. Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

8. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins;

9. Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, arts. 84 e 85; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 2014, arts. 52, incisos I a V, 64 e 65 e anexo II, inciso V; ADN Cosit nº 9, de 1999)

10. Decreto nº 36.583, de 03 de julho de 2015.

Dispõe sobre procedimentos de execução orçamentário-financeira relativas à retenção e recolhimento do imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos pela administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.



11. Portaria nº 152, de 17 de agosto de 2015.

Aprova manual que dispõe sobre os procedimentos para a execução, de maneira uniforme, da retenção do Imposto de Renda e do recolhimento ao Tesouro do Distrito Federal.

✓ **IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – IPVA**

1. Lei nº 7.431, de 17/12/85.

Institui no DF o IPVA, e dá outras providências.

2. Lei nº 223, de 27/12/91.

Altera a Lei nº 7.431, de 17/12/85, que instituiu o IPVA no DF, e dá outras providências.

3. Decreto nº 13.702, de 27/12/91.

Regulamenta o IPVA.

4. Lei Orgânica do DF, de 1993.

5. Lei nº 635, de 27/12/93.

Altera a Lei nº 7.431, de 17/12/85, que institui o IPVA no DF, aprova a pauta de valor venal dos veículos para efeito de lançamento no exercício de 1994, e dá outras providências.

6. Decreto nº 16.099 de 29/11/94 - Publicado no DODF de 30/11/94 – Com alterações

7. Lei nº 812, de 20/12/94 – DODF de 29/12/94 – Isenção para veículos com tempo de uso superior a 15 anos.

Aprova a pauta de valor venal dos veículos, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1995 e dá outras providências.

8. Lei nº 986, de 18/12/95 – DODF de 19/12/95.

Taxa de Licenciamento e Cadastramento de que trata o art.3º Lei nº 812, de 20/12/94 – Regulamentada pelo Decreto nº 17.069, de 27/12/95 – Regulamentada pelo Decreto nº 17.069, de 27/12/95.

Aprova a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal, para efeito do lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, no exercício de 1996 e dá outras providências.

9. Lei nº 1.351, de 27/12/96 – DODF de 30/12/96.

Aprova a Pauta de Valores Venais dos Veículos automotores do Distrito Federal, para efeito do lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1997; altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

10. Decreto nº 17.958, de 30/12/96 – DODF de 31/12/96 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 28 de novembro de 1994, e dá outras providências.
11. Decreto nº 17.970, 13/01/97 – DODF de 14/01/97 – Institui o cadastro de inadimplentes do IPVA.
Institui o Cadastro de Inadimplentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no âmbito do Distrito Federal.
12. Decreto nº 17.986, de 22/01/97 – DODF de 23/01/97 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994.
13. Lei nº 1.408, de 17/03/97.
Dispõe sobre o prazo de pagamento do IPVA relativo a veículos novos.
14. Decreto nº 18.276, de 27/05/97 – DODF de 28/05/97 – Alterações.
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994 - Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.
15. Lei nº 2.670, de 11/01/2001 – Dispõe sobre a propriedade de veículo roubado, furtado ou sinistrado, isenção e remissão.
Altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que instituiu no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
16. Decreto nº 24.342, de 30/12/03 – DODF de 31/12/03 – Alterações (4ª alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (4ª alteração).
17. Decreto nº 24.404, de 05/02/04 – DODF de 06/02/04 – Alterações (5ª alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (5ª alteração).
18. Decreto nº 25.191 de 06/10/04 – DODF de 07/10/04 – Alterações (6ª alteração).
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA (6ª alteração).
19. Decreto nº 25.512, de 19/01/05 – DODF de 20/01/05 - Dispõe que o pedido de reconhecimento de benefício fiscal relativo a tributo direto poderá ser apresentado a qualquer tempo, enquanto não expirados os prazos decadencial ou prescricional.
Introduz alteração no Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, que regulamenta a Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, e consolida a legislação referente ao Processo Administrativo Fiscal, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

20. Decreto nº 26.241, de 27/09/05 – DODF de 28/09/05 – Alterações (8ª alteração).
Altera os arts. 2º e 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (8ª alteração).
21. Decreto nº 26.347, de 09/11/05 – DODF de 10/11/05 – Alterações (9ª alteração).
Altera o § 6º do art. 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA (9ª alteração).
22. Decreto nº 26.664, de 22/03/06 – DODF de 23/03/06 – Alterações (11ª alteração).
Acrescenta o § 6º ao art. 3º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (11ª alteração).
23. Decreto nº 27.015, de 20/07/06 – DODF de 21/07/06 – Alterações (12º alteração).
Introduz alterações no art. 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (12ª alteração)
24. Decreto nº 27.295, de 04/10/06 – DODF de 05/10/06 – Alterações (13º alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (13ª alteração).
25. Decreto nº 28.030, de 11/06/07 – DODF de 12/06/07 – Alterações (14º alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (14ª alteração).
26. Decreto nº 28.638, de 27/12/07 – DODF de 28/12/07 (15ª alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (15ª alteração).
27. Lei nº 4.071, de 27/12/07 – DODF de 28/12/07 – Suplemento A – Estabelece Pauta de Valores Venais para o IPVA.
28. Decreto nº 29.185, de 19/06/08 – DODF de 20/06/08 – (16ª Alteração).
Dá nova redação ao § 6º do artigo 3º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que “Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA” (16ª Alteração).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

29. Decreto nº 29.298, de 24/07/08 – DODF de 25/07/08 – (17ª Alteração).
Dá nova redação aos incisos I, III e parágrafo único do artigo 13 do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que “Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA” (17ª alteração).
30. Decreto nº 29.904, de 24/12/2008 – DODF de 26/12/08 – (18ª Alteração).
Acrescenta o inciso XII ao artigo 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. (18ª alteração).
31. Lei nº 4.459, de 28 de dezembro de 2009.
Estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências.
32. Edital SEF nº 01, de 1º de março de 2010 (pág. 43).
Aviso geral de lançamento do IPVA/2010.
33. Lei nº 4.267, de 23 de agosto de 2011.
Altera a Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.
34. Lei Complementar nº 836, de 23 de agosto de 2011.
Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário no Distrito Federal dá outras providências.
35. Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011.
Concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na aquisição de veículos novos e dá outras providências.
36. Decreto nº 33.562, de 08 de março de 2012.
Altera, em caráter excepcional, o prazo de vencimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA relativamente a veículos novos adquiridos no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012 e dá outras providências.
37. Decreto nº 34.024, de 10 de dezembro de 2012.
Consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.
Art. 1º As normas legais que dispõem sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, instituído por intermédio da Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, ficam regulamentadas na forma deste Decreto.
38. Decreto nº 34.024, de 10 de dezembro de 2012.
Consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.



39. Portaria nº 214, de 20 dezembro de 2012.

Fixa os prazos de vencimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores Terrestres - IPVA, para o exercício de 2013, e dá outras providências.

40. Decreto nº 34.024, de 10 de dezembro de 2012.

Consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

41. Decreto nº 35.060, DE 03 DE JANEIRO DE 2014.

Altera o Decreto nº 34.024, de 10 de dezembro de 2012, que consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, e dá outras providências.

✓ **IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS – ITCD**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei nº 10, de 29/12/88.

Institui, no DF, o ITCD, e dá outras providências.

3. Lei Orgânica do DF, de 1993.

4. Decreto nº 16.116, de 02/12/94.

Regulamenta o ITCD.

5. Lei Complementar nº 04, de 30/12/94.

Código Tributário do Distrito Federal.

6. Decreto nº 16.590, de 30/06/95.

Altera o Dec. nº 16.116, de 02/12/94, que regulamenta o ITCD.

7. Decreto nº 16.939, de 14/11/95.

Altera a redação do inciso II do art. 12 do Dec. nº 16.116, de 02/12/94, que regulamenta o ITCD.

8. Decreto nº 18.772, de 30/10/97.

Introduz alterações no Dec. nº 16.116, de 02/12/94, que regulamenta o ITCD.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

9. Lei Complementar nº 229, de 05/07/99.
Concede isenção do ITCD, nos casos que especifica.
10. Lei Complementar nº 353, de 09/01/00.
Altera a Lei Complementar nº 229, de 05/07/99, que “Concede isenção do ITCD, nos casos que especifica”.
11. Decreto nº 21.916, de 19/01/00.
Regulamenta a Lei Complementar nº 353, de 09/01/01, que “altera a Lei Complementar nº 229, de 05/07/99, que concede isenção do ITCD, nos casos que especifica”
12. Decreto nº 21.972, de 07/03/2001.
Regulamenta a Lei Complementar nº 353, de 09/01/01, que “altere a Lei Complementar nº 229/99, que concede isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, nos casos que especifica”.
13. Requerimento de Reconhecimento de ISENÇÃO de Impostos Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD em Inventário de Único Imóvel de pequeno Valor.
14. Decreto nº 28.384, de 25/10/2007.
Altera o Decreto nº 16.116, de 02 de dezembro de 1994, que regulamenta o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos - ITCD. (4ª alteração).
15. Instrução Normativa nº 3, de 23 de abril de 2012.
Institui modelos de Declaração para apuração do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), apurados em processo de inventário, separação, divórcio e dissolução de união estável.
16. Decreto nº 34.982, de 19 de dezembro de 2013.
Regulamenta o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, e dá outras providências.
17. Portaria nº 41, de 17 de fevereiro de 2014.
Estabelece procedimentos para lançamento e pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD nos casos de doação em espécie.



✓ **IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “INTER VIVOS” DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS – ITBI**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.
2. Lei nº 11, de 29/12/88.
Institui, no DF, o ITBI, e dá outras providências.
3. Decreto nº 12.796, de 19/11/90.
Aprova o regulamento do ITBI, e dá outras providências.
4. Lei Orgânica do DF, 1993.
5. Decreto nº 15.591, de 26/04/94.
Altera o art. 19 do regulamento do ITBI, aprovado pelo Dec. nº 12.796, de 19/11/90.
6. Decreto nº 16.114, de 02/12/94.
Regulamenta o ITBI.
7. Lei Complementar nº 04, de 30/12/94.
8. Decreto nº 16.589, 03/06/95.
Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
9. Decreto nº 17.077, 28/12/95.
Introduz alterações no Dec. nº 16.100, de 29/11/94 e no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, e dá outras providências.
10. Decreto nº 18.771, de 30/10/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
11. Decreto nº 19.981, de 31/12/98.
Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
12. Lei nº 2.476, de 17/11/99
Autoriza o poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica.
13. Decreto nº 21.829, de 15/12/00
Regulamenta a Lei nº 2.476, de 17/11/99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

14. Lei nº 2.716, de 01/06/01
Altera redação da lei nº 2.476/99, regulamentada pelo Decreto nº 21.829/00.
15. Decreto nº 27.576, de 28/12/06
Regulamenta o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI.
16. Decreto nº 28.617, de 21 de dezembro de 2007
Altera o Decreto 27.576, de 28/12/06 em seus Artigos 10 e 11. (1ª alteração)
17. Decreto nº 32.043, de 09/8/10
Altera o artigo 12, do Decreto nº 27.576, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI.
18. Instrução Normativa nº1, de 12 de março de 2012.
Estabelece as informações a serem prestadas à Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal pelos Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóvel e seus substitutos, Tabeliães, Escrivães e demais serventuários de ofício.
19. Decreto nº 34.913, de 03 de dezembro de 2013.
Altera o Decreto nº 27.576, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI, e dá outras providências.
20. Decreto nº 34.915, de 03 de dezembro de 2013
Alterou os itens 38 a 41 do Caderno I do Anexo IV do RICMS-DF/97 que trata das operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

✓ **IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.
2. Anexo único ao Convênio, ICMS 66/88, de 14/12/88.
3. Lei nº 07, de 29/12/88.
Institui, no DF, o ICMS, e dá outras providências.



4. Lei Orgânica do DF, de 1993.
5. Decreto nº 15.602, de 28/04/94.
Implanta, no DF, o convênio ICMS 37/94, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com cigarro e outros produtos derivados do fumo.
6. Decreto nº 16.102, de 30/11/94.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o ICMS.
Alterado pelos Decretos nºs: 18.293/97 18.355/97 e 18.835/97.
7. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
8. Lei 866, de 25/05/95.
Fixa alíquotas do ICMS.
9. Portaria nº 750, de 21 de junho de 1995.
Dispõe sobre o uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF por contribuinte do ICMS.
10. Lei nº 1.165, de 22/07/96.
Fixa alíquotas do ICMS, nas operações que especifica.
11. Lei nº 1.166, de 22/07/96.
Estabelece regime especial simplificado para apuração do ICMS nas operações de fornecimento de refeição, na forma que específica, e dá outras providências.
12. Lei Complementar nº 87, de 13/09/96.
Dispõe sobre o imposto dos estados e do DF sobre ICMS, e dá outras providências.
13. Lei nº 1.254, de 08/11/96.
Dispõe quanto ao ICMS, e dá outras providências.
Alterado pelas Leis nºs: 1.915/98 e 1.921/98.
14. Decreto nº 17.968, de 13/01/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.102, de 30/11/94, regulamentando o ICMS.
15. Decreto nº 18.293, de 03/06/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 16.102/94.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

16. Decreto nº 18.355, de 24/06/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.102/94.
17. Decreto nº 18.835, de 20/11/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.102/94, que regulamenta o ICMS.
18. Decreto nº 18.955, de 22/12/97.
Regulamenta o ICMS. (Com suas alterações)
19. Lei nº 1.808, de 26/12/97.
Prorroga o início de vigência do direito ao aproveitamento de crédito do ICMS.
20. Lei nº 1.915, de 19/03/98.
Altera dispositivo do art. 18 da Lei nº 1.254, de 08/11/96, que dispõe quanto ao ICMS, e dá outras providências.
21. Lei nº 1.921, de 01/04/98.
Dá nova redação ao § 3º do art. 49 da Lei nº 1.254, de 08/11/96, que dispõe quanto ao ICMS.
22. Decreto nº 19.235, de 13/05/98.
Autoriza o Secretário de Fazenda e Planejamento estender disposições do regulamento do ICMS a contribuintes exclusivamente do Imposto sobre Serviços - ISS.
23. Lei nº 2.498, de 01/12/99.
Altera o art. 18 da Lei nº 1.254, de 08/11/96, que “dispõe quanto ao ICMS”.
24. Lei nº 2.651, de 27/12/00.
Altera a Lei nº 1.254, de 08/11/96, que “dispõe quanto ao ICMS”.
25. Decreto nº 21.906, de 12/01/01.
Regulamenta o inciso X do artº 1º da Lei nº 2.651, de 27/12/00, e dá outras providências.
26. Lei Complementar nº 102, de 11/07/00.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13/09/96.
27. Portaria nº 314, de 24/05/2002.
Dispõe sobre o regime de substituição tributária do ICMS, referente às operações internas subsequentes com os produtos que menciona e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

28. Portaria nº 583, de 26 de agosto de 2003.
Altera a portaria nº 314, de 24 de maio de 2002.
29. Decreto nº 32.356, de 20 de outubro de 2010.
Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (326ª alteração).
30. Portaria nº 111, de 29 de agosto de 2011.
Altera a portaria nº 750, de 21 de junho de 1995.
31. Decreto nº 33.493, de 17 de janeiro de 2012
Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
32. Decreto nº 33.674, de 23 de maio de 2012.
Vide portaria nº 73, de 24/5/12 – dodf de 25/5/12. Efeitos a partir de 27/3/12.
33. Decreto nº 33.700, de 06 de junho de 2012.
Altera o Caderno I do Anexo I do Decreto 18.955, de 22 de dezembro de 1997.
34. Lei nº 4.960, de 1º de novembro 2012.
Institui o Programa ICMS em Dia e dá outras providências.
35. Decreto nº 34.066, de 19 de dezembro de 2012.
Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (380ª alteração).
36. Decreto nº 34.191, 06 DE MARÇO DE 13.
Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.
37. DECRETO Nº 35.100, DE 24 DE JANEIRO DE 2014.
Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências (414ª alteração).



38. DECRETO 35.717, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação – ICMS, altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e dá outras providências.

39. DECRETO Nº 35.319, DE 10 DE ABRIL DE 2014.

Altera o Decreto nº 34.063 de 19 de dezembro de 2012, e dá outras providências.

40. DECRETO Nº 36.215, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o Decreto nº 34.063, de 19 de dezembro de 2012, que fixa critérios para atribuir à contribuinte a condição de substituto tributário em operações com os produtos constantes no Caderno I do Anexo IV do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

41. DECRETO Nº 36.453, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, e o Decreto nº 34.063, de 19 de dezembro de 2012.

42. Decreto nº 36.651, de 05 de agosto de 2015.

Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.

✓ **IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS**

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.

Regula o sistema tributário do DF, e dá outras providências.

2. Constituição Federal, de 05/10/88.

3. Lei Orgânica do DF, de 1993.

4. Lei nº 716, de 29/06/94.

Altera a Lei nº 596, de 17/11/93, fixa a alíquota do ISS, incidente na elaboração de programa para computador (software), e dá outras providências.

5. Decreto nº 15.922, de 20/09/94.

Consolida e regulamenta a legislação do ISS.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

6. Decreto nº 16.128, de 06/12/94.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
Alterado pelos Decretos: 17.272/96, 17.785/96, 18.031/97, 18.294/97, 18.632/97, 19.000/98, 19.616/98 e 19.979/98.
7. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
8. Decreto nº 17.272, de 04/04/96.
Altera a redação do inciso VI e acrescenta o § 3º ao art. 18º do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
9. Decreto nº 17.785, de 25/10/96.
Altera dispositivos do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
10. Lei nº 1.355, de 30/12/96.
Dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao ISS, e dá outras providências.
11. Decreto nº 18.031, de 20/02/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que regulamenta o ISS.
12. Decreto nº 18.294, de 03/06/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, regulamento do ISS.
13. Lei nº 1.676, de 23/09/97.
Fixa a alíquota do ISS incidente sobre o serviço de administração de cartões de crédito.
14. Decreto nº 18.632, de 23/09/97.
Dá nova redação ao inciso I § 2º do art. 6º do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
15. Decreto nº 19.000, de 15/01/98.
Altera o Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
16. Decreto nº 19.616, de 23/09/98.
Acrescenta o inciso X ao art. 46 do Dec. nº 16.128, de 06/12/94.
17. Decreto nº 19.979, de 30/12/98.
Altera o Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

18. Decreto nº 25.508, DODF de 28/01/2005.
Regulamenta o ISS – (Com anexos de I a IX) - Nota Fiscal de Serviços Mod. 3-A
19. Decreto nº 26.090, DODF de 05/08/2005.
Dispõe sobre a transferência eletrônica de Fundos – TEF e dá outras providências.
20. Decreto nº 26.187, DODF de 05/09/2005.
Altera o caput do art. 14 e o inciso VIII do parágrafo único do art. 63 do Decreto nº 25.508, de 19/01/2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS (1ª alteração) .
21. Decreto nº 28.613, DODF de 24/12/2007.
Introduz alterações no Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (4ª alteração).
22. Lei nº 4.159, DODF de 16/06/08.
Dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica.
23. Decreto nº 29.396, DODF de 14/08/2008.
Regulamenta a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências.
24. Decreto nº 30.238, DODF de 02/04/09.
Altera o Decreto nº 29.396, de 13/08/08, que regulamenta a Lei nº 4159, de 13/12/08, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências.
25. Lei nº 4.360, de 15/07/09 – DODF de 16/07/09. Alteração na Lei nº 4.159/2008.
Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica.
26. Decreto nº 31.218, DE 28/12/2009.
Altera o Decreto nº 29.396, de 13 de agosto de 2008, que regulamenta a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências.
27. Lei nº 4.444, de 21/12/09 – DODF nº 246, de 22/12/09 – Suplemento. Alteração na Lei nº 4.159/2008.
Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

28. Decreto nº 31.427, de 16/03/2010 – Revoga o parágrafo 8º do Artigo 12 do Decreto nº 25.508, de 19/01/2005.
29. Decreto nº 31.656, de 10 de maio de 2010.
Altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
30. Decreto nº 33.304, de 03 de novembro de 2011.
Altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
31. Decreto nº 33.434, de 20 de dezembro de 2011.
Altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
32. Lei nº 4.719, de 27 de dezembro de 2011.
Dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS devido nas prestações de serviço de comunicação, nas condições especificadas pelo Convênio ICMS 81, de 5 de agosto de 2011.
33. Decreto nº 33.839, de 10 de agosto de 2012.
Altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005 que regulamenta o Imposto Sobre Serviços.
34. Portaria nº 209, de 14 de dezembro de 2012.
Altera a Portaria nº 215, de 19 de julho de 2006, que dispõe sobre a revisão de lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - devidos por profissionais autônomos, mediante comprovação de forma inequívoca do não exercício da atividade no período a que se referir.
35. Decreto nº 34.192, de 06 de março de 2013.
Altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
36. Decreto nº 34.639, de 06 de setembro de 2013.
Altera o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
37. Lei nº 5.256, de 20 de dezembro de 2013.
Altera a Lei nº 1.355, de 30 de dezembro de 1966, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto Sobre Serviços - ISS e dá outras providências.
38. DECRETO Nº 35.318, DE 10 DE ABRIL DE 2014.
Altera o Decreto nº 25.508, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências.



39. DECRETO Nº 36.115, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e o Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, e dá outras providências.

✓ **IMPOSTO SIMPLES**

1. Lei nº 9.317, de 05/12/96.

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, e dá outras providências.

2. Lei nº 2.510, de 29/12/99.

Institui o Regime Tributário Simplificado do DF – SIMPLES CANDANGO.

3. Lei nº 2.855, de 27/12/01

Altera a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO

4. Decreto nº 24.346, de 30/12/2003 – Publicado DODF – Suplemento nº 253, de 31/12/03.

5. Decreto nº 25.696, de 23/03/05 – DODF de 28/03/05 – 1ª alteração;

Introduz alterações no Decreto nº 24.346, de 30 de dezembro de 2003, que consolida a legislação que regulamenta a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - SIMPLES CANDANGO, e dá outras providências. (1ª alteração)

6. Decreto nº 26.707, de 31/03/06 – DODF de 31/03/06 – Prorroga excepcionalmente data de vencimento de imposto a ser recolhido por microempresa enquadrada no Simples Candango.

7. Lei nº 11.307, de 19/06/2006 - Altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

8. Decreto nº 27.575, de 28/12/06 – DODF de 29/12/06 – 2ª alteração.

Introduz alterações no Decreto nº 24.346, de 30 de dezembro de 2003, que consolida a legislação que regulamenta a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - SIMPLES CANDANGO; (2ª alteração).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

9. Decreto nº 28.038, de 14/06/07 – DODF de 15/06/07.
Estabelece limite de receita bruta anual para opção pelo regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional.
10. Decreto nº 28.063, de 26/06/07 – DODF de 27/06/07.
Institui o Comitê Distrital de Implementação da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06 – Simples Nacional e dá providências.
11. Lei nº 11.501, de 11/07/2007.
Altera a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.
12. Lei 4.834 de 11/05/2012
Altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO.
13. Lei nº 5.098, de 29 de abril de 2013.
Altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que Institui o Regime tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO.
14. Lei nº 5.462, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
Altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO.

✓ **TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA**

✓ **TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA**

1. Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981 – Trata da prestação de serviços de limpeza pública, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição pelo Distrito Federal.
2. Decreto nº 16.090, de 28/11/94.
3. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
4. Lei nº 2.853, de 27/12/01 – Trata da revogação da alínea B do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 6.945 de 14/09/81.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

5. Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007 - Altera o art. 4º da Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981;
6. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008 – Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
7. Lei nº 4.287, de 26 de dezembro de 2008.
8. Decreto nº 30.036, de 09/02/2009 – Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Comp. nº 783, de 30 de outubro de 2008.
9. Lei nº 4.727, de 28 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, prorroga a vigência de isenções da Taxa de Limpeza Pública e dá outras providências.
10. Lei nº 4.882, de 11 julho de 2012.
Suspende a exigibilidade e concede a remissão e a isenção de débitos tributários relativos à Taxa de Limpeza Pública incidente sobre imóveis pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.
11. Lei nº 4.940, de 27 de setembro de 2012.
Fixa os Valores Básicos de Referência – A e B (VBR-A e VBR-B) a que se refere o art. 4º, §§ 1º e 4º, da Lei Federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, para efeito de lançamento da Taxa de Limpeza Pública – TLP do exercício de 2013, e dá outras providências.
12. Decreto nº 35.045, de 30 de dezembro de 2013.
Fixa os Valores Básicos de Referência – A e B (VBR-A e VBR-B) a que se refere o art. 4º, § 1º, da Lei Federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, para efeito de lançamento da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2014 e dá outras providências.
13. Lei nº 5.412, de 13 de novembro de 2014.
Altera a Lei federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal e dá outras providências;

✓ **TFS e TFU**

1. Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001 – Recursos Hídricos.
2. Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005 - Cria a Taxa de Fiscalização Sobre Serviços Públicos de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário – TFS e a Taxa de fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

3. Lei Complementar nº 798, de 26 de dezembro de 2008 – Altera a Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005, que cria a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - TFS e a Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos - TFU e dá outras providências.
4. Lei Distrital nº 4.291 de 26 de Dezembro de 2009 - Concede remissão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP aos contribuintes que especifica e dá outras providências.
5. Portaria CAT Nº 132 DE 17/12/2013
Altera a Portaria CAT nº 05/2012, de 19.01.2012, que concede regime especial às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para o estorno do valor do imposto indevidamente debitado em substituição ao procedimento previsto no artigo 10 do Anexo XVII do regulamento do ICMS.
6. Resolução nº 13, de 08 de maio de 2014.
Estabelece as diretrizes e os critérios para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos por meio de caminhão-pipa em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União.

✓ **TAXA DE EXPEDIENTE**

1. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
2. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008
Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
3. Decreto nº 30.036, de 09/02/2009
Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Comp. nº 783, de 30 de outubro de 2008.
4. Lei Complementar nº 832, de 09/05/2011
Altera a Lei Complementar nº 4 de 30/12/1994.
5. Lei Complementar nº 853, de 27 de setembro de 2012.
Altera a Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, que dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, institui as taxas que especifica e dá outras providências, e a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, que cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF e dá outras providências.



✓ **TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO – TFE**

1. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94;
2. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008 – Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
3. Decreto 30.036, de 09/02/2009 – Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008.
4. Lei nº 4.457, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal.
5. Decreto nº 31.482, de 29 de março de 2010.
Regulamenta a Lei nº 4.457, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal.
6. Lei nº 4.880, de 11 de julho de 2012.
Dispõe sobre a anistia de débitos relativos a multas aplicadas pelo Poder Público e dá outras providências.
7. Edital nº 01, de 12 de janeiro de 2015.
AVISO DE LANÇAMENTO DA TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO - TFE, relativa ao exercício de 2015:
8. Edital nº 02, de 12 de janeiro de 2015
AVISO DE LANÇAMENTO DA TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS - TEO, relativa ao exercício de 2015:

✓ **TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS – TEO**

1. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94;
2. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008
Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
3. Decreto 30.036, de 09/02/2009
Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008.



4. Lei Complementar nº 853, de 27 de setembro de 2012.

Altera a Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, que dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, institui as taxas que especifica e dá outras providências, e a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, que cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF e dá outras providências.

✓ TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

1. Lei complementar nº 004, de 30/12/94.

2. Lei Complementar nº 10, de 11/07/96 – DODF de 12/07/96.

Dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.

3. Lei Complementar nº 54, de 30/12/97 – DODF de 31/12/97.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, e do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.

4. Lei Complementar nº 264, de 14/12/99 – DODF de 23/12/99.

Dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e institui as taxas que especifica e dá outras providências.

5. Lei Complementar nº 336, de 06/11/00 – DODF de 07/11/00.

Altera o art. 4º do Código Tributário do Distrito Federal – Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, e institui as taxas que especifica.

6. Lei Complementar nº 673, de 27/12/02 – DODF de 30/12/02.

Altera Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.

7. Lei Complementar nº 698, de 02/08/04 – DODF de 10/08/04, republicada no DODF de 01/10/04 - Efeitos a partir de janeiro de 2005.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002.

8. Lei Complementar nº 699, de 30/09/04 – DODF de 01/10/04 - Efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

Altera a redação do § 2º do art. 4º-A do Código Tributário do Distrito Federal – Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.

9. Lei Complementar nº 708, de 03/05/05 – DODF de 04/05/05 – Alterações.

Introduz alterações na Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.

10. Lei Complementar nº 712, de 09/12/05 – DODF de 12/12/05 – Alterações.

Acrescenta o parágrafo único ao art. 31 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

11. Lei Complementar nº 726, de 06/02/06
Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.
12. Lei Complementar nº 727, de 20/04/06 – DODF de 04/05//06 – Alterações.
Dá nova redação ao Capítulo IV e ao art. 28 da Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, que “Dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e institui as taxas que especifica e dá outras providências”.
13. Lei Complementar nº 749, de 26/12/07 – DODF de 27/12/07 – Alterações.
Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o “Código Tributário do Distrito Federal” e dá outras providências.
14. Lei Complementar nº 783, de 30/10/08 – DODF de 31/10/08 – Alterações.
Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.
15. Lei Complementar nº 810, de 15/07/09 – DODF de 16/07/09 – Alterações.
Altera o § 5º do artigo 61 da Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal.
16. Lei Complementar nº 832, de 09/05/11

✓ **CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP**

1. Lei Complementar nº 673, de 27/12/2002.
2. Decreto nº 23.499, de 30/12/2002.
3. Decreto nº 24.324, de 29/12/03 – DODF de 30/12/03.
Altera o Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP.
4. Decreto nº 25.244, de 20/10/04 – DODF de 21/10/04.
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP (2ª alteração).
5. Decreto nº 25.535, de 25/01/05 – DODF de 27/01/05.
Introduz alterações no Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP. (3ª alteração)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

6. Lei Complementar nº 706, de 18/03/2005.
Altera as Leis Complementares nº 336, de 6/11/00 e nº 615, de 9/7/02;
7. Lei nº 3.729, de 30/12/05 – Fica assegurada aos templos de qualquer confissão religiosa isenção da Contribuição de Iluminação Pública, de que trata o art. 4º-A da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
Fixa os valores para efeito do lançamento da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, relativo ao exercício de 2006, na forma do Anexo Único a esta Lei.
8. Decreto nº 26.974, de 04/07/06 – DODF de 05/07/06.
Introduz alterações no Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP. (4ª alteração).
9. Decreto nº 29.263, de 10/7/08 – DODF de 11/7/08.
Altera o § 1º do artigo 6º do Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP, e dá outras providências. (5ª alteração).
10. Decreto nº 31.236, de 08 de janeiro de 2010.
Fixa os valores mensais para efeito de cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP relativa ao exercício de 2010.
11. Decreto nº 33.461, de 27 de dezembro 2011.
Fixa os valores mensais para cobrança, no exercício de 2012, da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.
12. Decreto nº 34.141, de 07 de fevereiro de 2013.
Altera o Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, e dá outras providências.
13. Portaria nº 273, de 19 de dezembro de 2014.
Dispõe sobre o reconhecimento de imunidade de que trata o art. 150, VI, b e § 4º da Constituição Federal, combinado com os arts. 89 e 90 do Decreto nº 33.269, de 18 de outubro de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal.

✓ **CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

1. Lei nº 8.212, de 24/07/91.
Lei de seguridade social.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

2. O.C. nº 026/92-SEFP, de 27/05/92.
3. Instrução Normativa nº 07/94-SRH/SEA.
4. Lei nº 1.617, de 18/08/97.
Declara de utilidade pública as entidades filantrópicas particulares sem fins lucrativos do DF, e dá outras providências.
5. Lei nº 9.528, de 10/12/97.
Altera dispositivos das Leis nºs 8.213 e 8.213, ambas de 24/07/91, e dá outras providências.
6. Lei nº 9.639, de 25/05/98.
Dispõe sobre a amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91, e dá outras providências.
7. Lei nº 9.701, de 17/11/98.
Dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o PIS devidas pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, e dá outras providências.
8. Lei Complementar nº 769, de 30/06/08.
Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
9. Lei Complementar nº 790, de 05 de dezembro de 2008.
Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
10. Lei Complementar nº 835, DE 14 de julho de 2011.
Altera o art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.
11. Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 – DOU de 1/09/2011.
Altera os arts. 21 e 24 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social.
12. Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 – DOU de 13/10/2011.
Conversão da Medida Provisória nº 534, de 2011
Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005



13. Lei nº 12.666/2012 (Lei Ordinária) de 14 de junho de 2012
Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

14. Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

Conversão da Medida Provisória nº 589, de 2012.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei no 12.703, de 7 de agosto de 2012.

✓ **RECEITA PATRIMONIAL**

✓ **RECEITAS IMOBILIÁRIAS**

✓ **BANCAS DE JORNAIS**

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

2. Decreto nº 9.086, de 02/12/85.

Aprova o regulamento do serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no DF.

3. Decreto nº 12.178, de 31/01/90.

Dá nova redação aos arts. 2º, 33 e 34 do regulamento do serviço de banca de jornais e revistas e áreas anexas, aprovado pelo Dec. nº 9.086, de 02/12/85.

4. Lei nº 324, de 30/09/92.

Institui o serviço de bancas de jornal e revistas e áreas anexas no DF, e dá outras providências.

5. Decreto nº 16.071, de 22/11/94.

Regulamenta a Lei nº 324, de 30/09/92, que instituiu o serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no DF.



6. Lei nº 1.397, de 07/03/97.

Autoriza o Poder Executivo a promover a alienação de bens imóveis de propriedade do DF destinados a bancas de jornais e revistas, e dá outras providências.

7. Lei nº 4.534, de 12 de janeiro de 2011.

Regulamenta os procedimentos para renovação da concessão e permissão de bancas de jornais e revistas e área anexa e dá outras providências.

✓ **RECEITA DE TERMINAIS RODOVIÁRIO/RODOFERROVIÁRIO/METROVIÁRIO**

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

1. Decreto nº 3.296, de - 30/06/76.

Dispõe sobre o recolhimento da contribuição devida pelo embarque de passageiros na estação rodoviária de Brasília, a cargo das empresas que exploram as linhas de transporte urbano e interestadual, e dá outras providências.

Revogado pelo Decreto nº 5.822, de 26/02/81.

3. Decreto nº 5.822, de 26/02/81.

Dispõe sobre o recolhimento de contribuição devida pelo embarque de passageiros na estação rodoviária de Brasília e tarifa de utilização dos terminais rodoferroviários de passageiros e estação rodoviária, pelas empresas que exploram as linhas de transporte urbano e interestadual, e dá outras providências.

4. Decreto nº 7.687, de 22/09/83.

Dispõe sobre a administração dos terminais rodoviários e rodoferroviário do DF, e dá outras providências.

Alterado pelo Decreto nº 10.665/87.

5. Decreto nº 10.665, de 21/08/87.

Dá nova redação ao art. 8º e seu § único do Dec. nº 7.687, de 22/09/83, que dispõem sobre o cálculo da contribuição pela utilização do terminal por empresa de transporte coletivo urbano.

6. Decreto nº 15.397, de 30/12/93.

Dispõe sobre a cobrança de taxa pela ocupação de espaços em áreas e logradouros públicos na Região Administrativa de Brasília, revogado pelo Dec. nº 17.079/95.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

7. Decreto nº 17.079, de 28/12/95.
Dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF, e dá outras providências.
Alterado pelos Decretos nº 17.611/96, 19.072/98 e 19.265/98.
8. Decreto nº 17.611, de 20/08/96.
Altera o Dec. nº 17.079, de 28/12/95, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF.
9. Decreto nº 19.072, de 06/03/98.
Aprova a Instrução Normativa Técnica 1/97 do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – IPDF, que estabelece normas sobre a utilização de áreas públicas abrangidas pelo tombamento do conjunto urbanístico de Brasília.
10. Decreto nº 19.265, de 22/05/98.
Altera o art. 8º e o anexo I do Dec. nº 17.079, de 28/12/95, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF, e dá outras providências.
11. Portaria nº 27, de 12 de abril de 2007, publicada no DODF de 13 de abril de 2007, criou grupo de trabalho para realizar levantamento detalhado sobre a situação atual dos mencionados terminais rodoviários no Distrito Federal.
12. Portaria nº 67, de 17/07/2007 - Ocupação de Terminais Rodoviários.
Art. 1º - Fica autorizado a título precário aos atuais ocupantes dos Terminais Rodoviários e da Rodoferroviária do Distrito Federal a desenvolverem suas atividades econômicas pelo prazo de 180 (cento e oitenta).
13. Decreto nº 29.598, de 14 de outubro de 2008 - Dispõe sobre a utilização das unidades esportivas da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal e dá outras providências.

Revogam-se às disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 21.944, de 08 de fevereiro de 2001.

14. Decreto nº 34.573, de 15 de agosto de 2013
Regulamenta a Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, e dá outras providências.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre a exploração de atividade econômica em espaços públicos localizados em terminais rodoviários e metroviários, galerias, passagens subterrâneas de pedestres, mercados e parques.



✓ **ALUGUEL DE CENTROS ESPORTIVOS**

✓ **CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA**

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.
Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.
2. Decreto nº 15.299, de 13/12/93.
Fixa taxa de matrícula nas escolas de esportes localizadas no Centro Desportivo Presidente Médici, e dá outras providências.
3. Lei nº 999, de 02/01/96.
Altera a denominação do Centro Poliesportivo Presidente Médici para Poliesportivo Ayrton Senna.
4. Decreto nº 18.023, de 14/02/97.
Dispõe sobre a fixação de preços das escolas de iniciação Desportiva do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação – DEFER.
5. Decreto nº 20.179, de 23/04/99.
Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do DF.
6. Decreto nº 21.944, de 8 de fevereiro de 2001.
Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal.
7. Decreto nº 29.598, de 14 de outubro de 2008.
Dispõe sobre a utilização das unidades esportivas da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal e dá outras providências.

Revogam-se às disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 21.944, de 08 de fevereiro de 2001.
8. Portaria Normativa nº 004 de 09 de julho de 2010.
Estabelece procedimentos e normas para as Atividades Esportivas desenvolvidas na Secretaria e dá outras providências.
9. Decreto nº 33.708, de 14 de junho de 2012.
Dispõe sobre a fixação de preços da Escola de Esporte da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal - SESP e dá outras providências.
10. DECRETO Nº 34.561, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.
Dispõe sobre a utilização dos espaços e instalações esportivas do Distrito Federal e dá outras providências.



✓ **CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES**

1. Decreto nº 33.601, de 02 de abril de 2012.
Fixa taxa de ocupação das dependências do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade e dá outras providências.
2. Portaria nº 4, de 3 de abril de 2012.
Estabelece normas para a execução do disposto no Decreto nº 33.601, de 02 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de utilização dos espaços, instalações e/ou equipamentos do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade e dá outras providências.
3. DECRETO Nº 34.561, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.
Dispõe sobre a utilização dos espaços e instalações esportivas do Distrito Federal e dá outras providências.

✓ **TORRE DE TELEVISÃO**

1. Decreto nº 28.219, de 22 de agosto de 2007.
Dispõe sobre a exploração econômica e a administração dos imóveis que especifica, e dá outras providências.
2. Decreto nº 34.573, de 15 de agosto de 2013.
Regulamenta a Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, e dá outras providências.
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre a exploração de atividade econômica em espaços públicos localizados em terminais rodoviários e metroviários, galerias, passagens subterrâneas de pedestres, mercados e parques.
3. Decreto nº 34.561, de 09 de agosto de 2013.
Dispõe sobre a utilização dos espaços e instalações esportivas do Distrito Federal e dá outras providências.

✓ **PAVILÃO DO PARQUE DA CIDADE**

1. Decreto nº 33.601, de 02 de abril de 2012.
Fixa taxa de ocupação das dependências do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade e dá outras providências.
2. Portaria nº 4, de 3 de abril de 2012.
Estabelece normas para a execução do disposto no Decreto nº 33.601, de 02 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de utilização dos espaços, instalações e/ou equipamentos do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade e dá outras providências.



✓ **LOGRADOUROS PÚBLICOS**

1. Decreto nº 10.923, de 18/11/87.
Dispõe sobre a utilização de espaços em logradouros públicos do DF.
 2. Decreto nº 15.397, de 30/12/93.
Dispõe sobre a cobrança de taxa pela ocupação de espaços em áreas e logradouros públicos na região administrativa de Brasília.
 3. Decreto nº 15.827, de 08/08/94.
Dispõe sobre a cobrança de taxa pela ocupação de espaços às margens das rodovias do DF.
 4. Decreto nº 16.959, de 22/11/95.
Dispõe sobre a utilização ou uso de áreas públicas do DF, e dá outras providências.
 5. Decreto nº 17.079, de 28/12/95.
Dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF, e dá outras providências.
 6. Lei nº 1.006, de 10/01/96.
Dispõe sobre a fiscalização de vias e logradouros públicos visando a higienização das áreas urbanas do DF.
 7. Decreto nº 17.279, de 12/04/96.
Altera dispositivos do Dec. nº 15.827, de 08/08/94, e dá outras providências.
- Alterado pelo Decreto nº 17.611/96.**
8. Decreto nº 17.611, de 20/08/96.
Revoga o § único do art.1º e altera o artº 3º do Dec. nº 17.079, de 28/12/95, acrescentando os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, e dá outras providências.
 9. Lei nº 1.194, de 13/09/96.
Dispõe sobre a guarda de veículos automotores em logradouros públicos, e dá outras providências.
Alterada pela Lei nº 1.533/97.
 10. Lei nº 1.533, de 08/07/97.
Altera a Lei nº 1.194, de 13/09/96, que “dispõe sobre a guarda de veículos automotores em logradouros públicos, e dá outras providências”.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

11. Decreto nº 18.469, de 23/07/97.

Regulamenta a Lei nº 1.194, de 13/09/96, que dispõe sobre o controle de uso de estacionamento de veículos automotores em áreas e logradouros públicos pertencentes ao DF, com alterações efetuadas pela Lei nº 1.533, de 08/07/97.

12. Decreto nº 19.685, de 14/10/98.

Altera a redação dos arts. 5º, 9º, 11, e 13 do Dec. nº 18.469, de 23/07/97, que regulamenta a Lei nº 1.194, de 13/09/96, que dispõe sobre o controle de uso de estacionamento de veículos automotores em áreas e logradouros públicos pertencentes ao DF, com as alterações efetuadas pela Lei nº 1.533, de 08/07/97.

13. Decreto no 20.179, de 23/04/99.

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do DF.

14. Decreto nº 20.452, de 28 de julho de 1999

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do Distrito Federal

15. Decreto nº 21.944, de 08 de fevereiro de 2001

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do Distrito Federal

16. Decreto 29.598 de 14/10/2008

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do Distrito Federal

17. Decreto nº 34.573, de 15 de agosto de 2013

Regulamenta a Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, e dá outras providências.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre a exploração de atividade econômica em espaços públicos localizados em terminais rodoviários e metroviários, galerias, passagens subterrâneas de pedestres, mercados e parques.

✓ **OUTRAS**

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

2. Decreto nº 14.758, de 01/06/93.

Dispõe sobre a utilização de espaços em próprios do DF, que especifica, fixa preço de ocupação, e dá outras providências.



3. Lei Complementar nº 388, de 1 de junho de 2001

Define critérios para a ocupação de área pública mediante Concessão de Direito Real de Uso ou Concessão de Uso, para as utilizações que o especifica. Art.30.

Revoga as disposições da Lei Complementar nº 130, de 19 de agosto de 1998.

4. Lei nº 4.420, de 04 de novembro de 2009. (pag.01)

Concede remissão de débitos relativos à ocupação de área pública por permissionários de feiras, trailers, quiosques e similares, na forma que especifica.

5. Decreto nº 32.906, de 06 de maio de 2011.

Dispõe sobre a cobrança de preços públicos pela utilização de espaços nas feiras livres, feiras permanentes e shoppings feiras do Distrito Federal.

6. Decreto nº 34.561, de 09 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a utilização dos espaços e instalações esportivas do Distrito Federal e dá outras providências.

✓ **RECEITA IMOBILIÁRIA**

5. Dá nova redação ao art. 8º do Dec. nº 14.758, de 01/06/93, que dispõe sobre a utilização de espaços em próprios do DF, fixa preço de ocupação, e dá outras providências.

6. Lei 1.170, de 24/07/96.

Institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF.

7. Decreto nº 17.928, de 20/12/96.

Dispõe sobre a ocupação organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências.

Alterado pelos Decretos: 18.374/97 e 18.914/97.

8. Decreto nº 18.374, de 30/06/97.

Altera o Dec. nº 17.928, de 20/12/96, que dispõe sobre a ocupação, organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências.

9. Decreto nº 18.914, de 15/12/97.

Altera o Dec. nº 17.928, de 20/12/96, que dispõe sobre a ocupação, organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

-
10. Lei nº 1.832, de 14/01/98.
Altera a Lei nº 1.170, de 24/07/96, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF e revogam-se os arts. 6º e 8º da Lei nº 1.170, de 24/07/96.
 11. Decreto nº 19.436, de 16/07/98.
Regulamenta a Lei no 1.170, de 24/07/96, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF e Lei no 1.832, de 14/01/98, que altera a Lei no 1.170, e dá outras providências.
 12. Decreto nº 20.452, de 28/07/99.
Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do DF.
 13. Lei nº 4.420, de 04 de novembro de 2009.
Concede remissão de débitos relativos à ocupação de área pública por permissionários de feiras, trailers, quiosques e similares, na forma que especifica.
 14. Ato Declaratório nº 03, de 08 de janeiro de 2010.
 15. Declara valores atualizados da cobrança de preço público pela ocupação de área pública por mobiliário urbano do tipo quiosque ou trailer, para o exercício de 2010.
 16. Decreto nº 31.296, de 1º de fevereiro de 2010.
Altera o § 2º do artigo 19 e o § 1º do artigo 24 do Decreto nº 29.590, de 9 de outubro de 2008, que regulamenta a Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, que define critérios para ocupação de área pública no Distrito Federal mediante concessão de direito real de uso e concessão de uso, para as utilizações que especifica.
 17. Decreto nº 32.906, de 06 de maio de 2011.
Dispõe sobre a cobrança de preços públicos pela utilização de espaços nas feiras livres, feiras permanentes e shoppings feiras do Distrito Federal.
 18. ORDEM DE SERVIÇO Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2014.
O COORDENADOR-CHEFE DA COORDENADORIA DAS CIDADES, DA CASA CIVIL, DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 28.076, de 28 de junho de 2007, Decreto nº 28.462, de 02 de novembro de 2007, combinado com o Decreto nº 29.687, de 12 de novembro de 2008, Decreto nº 31.725 de 25 de maio de 2010 e de acordo com o Decreto nº 32.906, de 06 maio de 2011, RESOLVE:
Art. 1º De acordo com o art. 4º do Decreto nº 32.906, de 06 de maio de 2011, fica publicada a tabela de cobrança de preços públicos pela utilização de espaços nas feiras livres, feiras permanentes e shoppings feiras do Distrito Federal, referente ao ano de 2013.
 19. Lei Complementar nº 898, de 9 de julho e 2015.
Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.



✓ **RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS**

✓ **BANCOS**

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.
Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.
2. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.
Regula o Sistema Tributário do DF e dá outras providências (Com alterações)
3. Lei nº 6.404, de 15/12/76.
Lei das Sociedades Anônimas.
4. Decreto nº 4.906, de 16/11/79.
Regula o Fundo de Desenvolvimento do DF – FUNDEFE, previsto nos art. nº 209 a 212 do Dec-Lei nº 82, de 26/12/66, e dá outras providências.
5. Decreto nº 9.220, de 30/12/85.
Dá nova redação ao art. 3º do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.
6. Decreto nº 11.502, de 04/04/89.
Altera dispositivos do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.
7. Lei Complementar nº 5, de 14/08/95.
Cria o Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda do DF, e dá outras providências.
8. Decreto nº 19.572, de 08/09/98.
Regulamenta a Lei Complementar nº 5, de 14/08/95, que cria o Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – FUNSOL/DF, alterada pela Lei Complementar nº 113, de 02/07/98.
9. Decreto nº 22.245, de 06 de julho de 2000 - DODF DE 09.07.2001.
Designa membros para comporem o Comitê do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda FUNSOL/DF.
10. Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011.
Dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.
11. Lei Complementar nº 836, de 23 de agosto de 2011.
Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências, com as alterações posteriores.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

12. Lei Complementar nº 898, de 9 de julho e 2015.

Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

✓ **EMPRESAS**

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.

2. Decreto nº 6.404, de 15/12/76.

Lei das Sociedades Anônimas.

2. Decreto nº 9.220, de 30/12/85.

Dá nova redação ao art. 3º do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.

4. Decreto nº 11.502, de 04/04/89.

Altera dispositivos do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.

5. Decreto nº 17.928, de 20/12/96.

Dispõe sobre a ocupação organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências. Alterado pelos Decretos: 18.374/97 e 18.914/97.

6. Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

7. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha vida - PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de



outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei no 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

8. Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013.

Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

9. Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013.

Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação.

✓ **RECEITA AGROPECUÁRIA**

1. Decreto nº 4.708, de 21/06/79.

Homologa o Estatuto da Fundação Zoobotânica do DF, e dá outras providências.

2. Decreto nº 20.089, de 09/03/99.

Altera o Estatuto da Fundação Zoobotânica do DF.

3. Decreto nº 21.500, de 11 de setembro de 2000.

Regulamenta a Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL/DF - RIDE.

4. Decreto nº 31.306, de 04 de fevereiro de 2010.

Altera dispositivos dos Decretos nº 21.500, de 11 de setembro de 2000, e nº 22.023, de 21 de março de 2001.

5. Decreto nº 32.997, de 20 de junho de 2011.

Revoga o Decreto nº 31.306, de 4 de fevereiro de 2010



✓ **RECEITA INDUSTRIAL**

✓ **INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO**

1. Decreto nº 6.958, de 25/08/82.
Fixa novo valor para o composto orgânico industrializado pela usina de tratamento de lixo, do Serviço de Limpeza Urbana.
2. Decreto nº 13.364, de 07/08/91.
Dispõe sobre a prestação de serviço especial de remoção e disposição final de entulhos e obras, e dá outras providências.
3. Decreto nº 19.915, 17 de dezembro de 1998
Republicado em 21.12.1998
ALTERADO PELO DECRETO Nº 25.856 DE 18.05.2005;
Regulamenta a Lei N.º 2.105 de 08 de outubro de 1998 que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal.
4. Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008.
Reestrutura a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências.
5. Decreto nº 30.645, de 04 de agosto de 2009
Dispõe sobre a criação do Fórum da Agenda 21 no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.
6. Lei nº 4.329, de 05 de junho de 2009.
Dispõe sobre a proibição da queima de restos vegetais e lixo no território do Distrito Federal.
7. Lei n.º 12.305, de 02.08.10 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.
Principais.
8. Instrução nº 50, de 28 de junho de 2011 – Institui, como instrumento de gestão das atividades de baixo impacto ambiental, o Licenciamento Ambiental Simplificado.

✓ **INDUSTRIAL EDITORIAL E GRÁFICA**

1. Lei nº 6.404, de 15/12/76.
Lei das Sociedades Anônimas.



2. Lei nº 9.710, de 19/11/98.

Dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

✓ **RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

1. Decreto nº 15.639, de 13/05/94.

Dispõe sobre a comercialização do composto orgânico de primeira produzido pelas usinas de tratamento de lixo do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana – SLU, e dá outras providências.

2. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

3. Decreto nº 32.988, de 14 de junho de 2011.

Dispõe sobre Transparência Pública e Controle Social no âmbito do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.

✓ **RECEITA DE SERVIÇOS**

1. Decreto-Lei nº 82, de 28/12/66.

2. Decreto nº 5.912, de 24/04/81.

Fixa preços para os serviços prestados pelo Instituto de Saúde do DF, e dá outras providências.

3. Decreto nº 16.317, de 08/02/95.

Revoga o Dec. nº 16.232, de 28/12/94, que revoga dispositivos do Dec. nº 15.755, de 07/07/94, que fixa tarifas para os serviços de transporte público coletivo do DF, e dá outras providências.

4. Decreto nº 16.329, de 22/02/95.

Altera a redação do art. 9º, do Dec. nº 15.755, de 07/07/94, que fixou tarifas para os serviços de transporte público coletivo do DF, e dá outras providências.

5. Lei nº 1.732 de 27/10/97.

Institui a Taxa de Segurança para eventos.

6. Decreto nº 18.995, de 09/01/98.

Regulamenta os contratos de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do DF.



7. Decreto nº 19.972, de 30/12/98.
Regulamenta a cobrança de Taxa de Segurança para Eventos - TSE, instituída pela Lei nº 1.732, de 27/10/97.
8. Lei nº 2.427, de 14/07/99.
Cria o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF – PRÓ/DF e extingue programas de desenvolvimento econômico do DF.
9. Decreto nº 20.460, de 29/07/99.
Regulamenta a Lei nº 2.427, de 14/07/99, que cria o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF – PRO/DF.
10. Decreto nº 29.947, de 15 de janeiro de 2009.
Altera o Decreto nº 24.430, de 2 de março de 2004, que regulamenta e consolida os dispositivos da Lei nº 3.196 de 29 de setembro de 2003, que institui o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ - DF II e dá outras providências, e da Lei nº 3.266 de 30 de dezembro 2003, que complementa os dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ - DF II, e dá outras providências.
11. Decreto nº decreto nº 23.259, de 30 de setembro de 2002.
Introduz alterações no Decreto nº 18.995, de 9 de janeiro de 1998, que “Regulamenta os contratos de prestação de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Distrito Federal”. (3ª alteração).
12. Decreto nº 6.003 de 28 de dezembro de 2006.
Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5o, da Constituição, e as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.
13. Decreto nº 29.111, de 04 de junho de 2008.
Inclui parágrafo único ao artigo 5º do Decreto nº 28.074, de 28 de junho de 2007 que estabelece regras para a celebração de contratos ou convênios de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Distrito Federal e dá outras providências.
14. Decreto nº 31.482, de 29 de março de 2010
Regulamenta a Lei nº 4.457, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal.
15. Portaria nº 39, de 28 de fevereiro de 2012.
Altera a Portaria nº 260, de 31 de julho de 2008, que dispõe sobre a remuneração das instituições integrantes do sistema de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Distrito Federal.



16. LEI 12.838/2013 (LEI ORDINÁRIA) 09/07/2013

Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

✓ **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

✓ **PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO**

✓ **COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

✓ **COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

✓ **COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Art. 142 da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

✓ **COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

✓ **COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

1. Lei nº 4.440, de 27/10/64.

Institui o salário-educação, e dá outras providências.



2. Decreto nº 55.551, de 12/01/65.
Regulamenta a Lei nº 4.440, de 27/10/64, que institui o salário-educação, e dá outras providências.
3. Decreto-Lei nº 503, de 18/03/69.
Aprova o plano de distribuição dos recursos da quota federal do salário-educação.
4. Decreto-Lei nº 725, de 31/07/69.
Dispõe sobre a aplicação de recursos da Lei nº 4.440, de 27/10/64.
5. Decreto-Lei nº 803, de 28/08/69.
Complementa o disposto no Dec-Lei nº 725, de 31/07/69.
6. Decreto-Lei nº 987, de 21/10/69.
Altera o art. 1º do Dec-Lei nº 803, de 28/08/69.
7. Decreto nº 71.264, de 20/10/72.
Modifica dispositivos do Dec. nº 55.551, de 12/01/65, que regula a Lei nº 4.440, de 27/10/64, e dá outras providências.
8. Decreto-Lei nº 1.422, de 23/10/75.
Dispõe sobre o salário-educação.
9. Decreto nº 76.923, de 26/12/75.
Regulamenta o Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, que dispõe sobre o salário-educação, e dá outras providências.
10. Decreto nº 87.043, de 22/03/82.
Regulamenta o Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, que dispõe sobre o cumprimento do art. 178 da constituição por empresas e empregadores de toda natureza, mediante a manutenção do ensino de 1º grau gratuito ou recolhimento da contribuição do salário-educação.
11. Decreto nº 88.374, de 07/06/83.
Altera dispositivos do Dec. nº 87.043, de 22/03/82, que regulamenta o Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, o qual dispõe sobre o cumprimento do art. 178, caput da constituição por empresas e empregadores de toda natureza, e dá outras providências.
12. Decreto nº 91.781, de 15/10/85.
Acrescenta §§ ao art. 7 do Dec. nº 87.043, de 22/03/82, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do salário-educação.



13. Constituição Federal, de 05/10/88.

14. Decreto nº 994, de 25/11/93.

Dispõe sobre a arrecadação e a distribuição do salário-educação, previsto no § 5º do art. 212 da constituição e no Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, e dá outras providências.

15. Lei nº 51, de 23/12/97.

Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do DF, e dá outras providências.

16. Portaria nº 171, de 01 de agosto de 2008.

Dispõe sobre a execução do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências.

✓ **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO**

✓ **PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG/MF/CGU Nº 507, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 - DOU DE 28/11/2011.**

✓ **PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG/MF/CGU Nº 274, DE 01 DE AGOSTO DE 2013 - DOU DE 02/08/2013.**

✓ **TRANSFERÊNCIAS SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS**

1. Lei nº 8.672, de 06/07/93.

Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

2. Decreto nº 981, de 11/11/93.

Regulamento do esporte.

3. Lei nº 9.615, de 24/03/98.

Institui normas gerais sobre desporto, e dá outras providências.

4. Decreto nº 2.574, 29/04/98.

Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24/03/98, que institui normas gerais sobre o desporto, e dá outras providências.

5. Lei nº 9.940 - de 21 de dezembro de 1999.

Altera dispositivo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”



6. Lei nº 9.981/2000 (LEI ORDINÁRIA) 14/07/2000.
7. Lei nº 10.891 de 09 de julho de 2004.
Institui a Bolsa - Atleta.
8. Decreto nº 5.342 de 14 de janeiro de 2005
Regulamenta a Lei nº 10.891 de 09 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta.
9. Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.
10. Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.
Conversão da Medida Provisória nº 502, de 2010.
Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências

✓ **TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

1. Constituição Federal.
Artigos 196 a 200.
2. Lei nº 8.080, de 19/09/90.
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.
3. Lei nº 8.142, de 28/12/90.
Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências.
4. Decreto nº 1.232, de 30/08/94.
Dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do DF, e dá outras providências.
5. Decreto nº 1.651, de 28/09/95.
Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.
6. Lei nº 1.197, de 13/09/96.
Dispõe sobre a realização de exames mamográficos no Sistema Único de Saúde - SUS do DF.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

7. Lei nº 1.544, de 11/07/97.

Dispõe sobre a criação da Subsecretária de Planejamento do Sistema Único de Saúde, e criação e a extinção de cargos em comissão nos quadros de pessoal do DF e da Fundação Hospitalar do DF, e dá outras providências.

8. Decreto nº 18.597, de 11/09/97.

Delega competência à Secretária de Saúde do DF para regulamentar o Sistema de Controle, Avaliação e Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde do DF/SUS-DF.

9. Decreto nº 19.007, de 23/11/98.

Homologa o regimento interno da Subsecretária de Planejamento do Sistema Único de Saúde do DF.

10. Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da CF e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

11. Lei nº 11.108, de 07/04/2002.

Altera a Lei nº 8.080.

12. Resolução 399, de 22/02/2006.

Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto.

13. Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011.

Altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.

14. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

15. Decreto nº 8.201, de 6 de março de 2014

Dispõe sobre o prazo previsto no inciso II do caput do art. 16 do Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, para o ano de 2014.



✓ **OUTRAS RECEITAS CORRENTES**
✓ **MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS**

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.
2. Decreto-Lei nº 352, de 17/06/68.
Dispõe sobre o pagamento de débitos fiscais, e dá outras providências.
3. Decreto-Lei nº 2.316, de 23/12/86.
Introduz alterações no código tributário do DF, instituído pelo Dec-Lei nº 82, de 26 /12/66.
4. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
5. Lei nº 860, de 13/04/95.
Dispõe sobre parcelamento dos créditos de natureza tributária e não tributária da Fazenda Pública do DF.
6. Lei Complementar nº 07, de 18/12/95.
Dispõe sobre cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
7. Lei Complementar nº 10, de 11/07/96.
Dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
8. Decreto nº 17.605, de 19/08/96.
Regulamenta a Lei-Complementar nº 10, de 11/07/96.
Alterado pelo Decreto nº 18.003/97.
9. Decreto nº 18.003, de 30/01/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 17.605, de 19/08/96, que regulamentou a Lei-Complementar nº 10, de 11/07/96, e dá outras providências.
10. Lei Complementar nº 54, de 30/12/97.
Altera o dispositivos da Lei Complementar nº 04, de 30/12/94, Código Tributário do DF e do Dec-Lei nº 82, de 26/12/66, que regulamenta o Sistema Tributário do DF.
11. Ato Declaratório nº 3, de 19 de dezembro de 2011.
Declara valores atualizados de multas por descumprimento de obrigação tributária acessória relativas à legislação do ICMS e do ISS, bem como de outros valores, para o exercício de 2012.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

12. Decreto nº 33.239, de 04 de outubro de 2011.

Regulamenta a Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o parcelamento dos créditos de natureza tributária e não tributária de titularidade do Distrito Federal, e dá outras providências.

13. Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011.

Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

14. Lei Ordinária nº 5.096/2013.

Autorizou a anistia fiscal/2013, com a denominação RECUPERA/DF, para fins de quitação do ICMS, ISSQN, IPTU, IPVA, ITBI, ITCD, TLP, Simples Candango.

✓ **DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**

1. Lei Federal nº 10.482, de 03 de julho de 2002.

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

2. Lei nº 4.866, de 05 de julho de 2012.

Dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos de competência do Distrito Federal e dá outras providências.

3. Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

4. LCP 151/2015 (LEI COMPLEMENTAR) 05/08/2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014; REVOGA AS LEIS NºS 10.819, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003, E 11.429, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

✓ **INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**

✓ **COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

1. Lei nº 41, de 13/09/89.

Dispõe sobre a Política Ambiental do DF, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

2. Lei nº 7.990, de 28/12/89.

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

3. Lei nº 8001, de 13/03/90.

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28/12/89, e dá outras providências.

Alterado pela Lei nº 9.433/97.

4. Lei nº 512, de 28/07/93.

Dispõe sobre as Políticas de Recursos Hídricos no DF, institui o Sistema de Gerenciamento integrado de Recursos Hídricos – SGIRH/DF, e dá outras providências.

5. Lei nº 9.433, de 08/01/97.

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recurso Hídrico, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13/03/90, que modificou a Lei nº 7.990, de 28/12/89.

6. Decreto nº 2.612, de 03/06/98.

Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

7. Decreto nº 21.007, de 18/02/2000.

Regulamenta a outorga do direito de uso dos Recursos Hídricos no DF, e dá outras providências.

8. Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

9. Decreto nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001.

Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da contribuição de reservatórios de montante para a geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.

10. Lei Complementar nº 798, de 26 de Dezembro de 2008.

Altera a Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005, que cria a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – FS e a Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU e dá outras providências.



✓ RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.
2. Decreto nº 15.098, de 08/10/93.
Dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, e dá outras providências.
3. Lei nº 634, de 27/12/93.
Fixa a alíquota do ICMS, suspende a exigibilidade do Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos – IVVC e do Adicional do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – AIR, autoriza o Poder Executivo a aceitar bens em pagamento de crédito tributário, e dá outras providências. **Alterado pelo Decreto nº 15.814/94.**
4. Decreto nº 15.814, de 05/08/94.
Altera o Dec. nº 15.098, de 08/10/93, que dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, e dá outras providências.
5. Lei nº 769, de 23/09/94.
Altera o Dec-Lei nº 82/66, e dá outras providências.
6. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
7. Lei nº 860, de 13/04/95.
Dispõe sobre o parcelamento dos créditos de natureza tributária e não tributária da fazenda pública do DF.
8. Lei nº 1.624, de 01/09/97.
Dispõe sobre o pagamento de débitos tributários das microempresas, das empresas de pequeno porte e das médias empresas, mediante dação em pagamento de materiais destinados a atender a programas do governo do DF.
9. Lei nº 1.832, de 14/01/98.
Altera a Lei nº 1.170, de 24/07/96, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF, e revogam-se os art. 6º e 8º da Lei nº 1.170, de 24/07/96.
10. Decreto nº 19.436, de 16/07/98.
Regulamenta a Lei nº 1.170, de 24/07/96, que “institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF” e a Lei nº 1.832, de 14/01/98, que “altera a Lei nº 1.170/96”, e dá outras providências.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

11. Lei nº 3035 de 18 de julho de 2002.

Dispõe sobre o Plano Diretor de Publicidade das Regiões Administrativas do Plano Piloto - RA I, do Cruzeiro - RA XI, de Candangolândia - RA XVIX, Lago Sul - RA XVI e do Lago Norte - RA XVIII

12. Lei Complementar nº 836, de 23 de agosto de 2011.

Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências, com as alterações posteriores.

13. Portaria MF nº 130, de 19 de abril de 2012.

Altera a Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012, que dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

✓ **PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES - INAS**

1. Lei nº 3.831, de 14/03/2006.

Cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências.

✓ **RECEITA DE CAPITAL**

✓ **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

1. Resolução 11, de 1994 – atos de Senado Federal.

2. Resolução nº 69, de 1995, alterada pela resolução nº 19, de 1996 e Resolução nº 117, de 1997.

3. Resoluções nº 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

✓ **ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS**

1. Lei nº 6.267, de 24/11/75.

Dispõe sobre a doação, pelo DF, de bens móveis inservíveis, antieconômicos ou ociosos.

2. Art. 143, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.



✓ **ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

1. Decreto-Lei nº 768, de 18/08/69.
Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais de propriedade da prefeitura do DF.
2. Lei nº 5.721, de 26/10/71.
Dispõe sobre as normas relativas às licitações e alienações de bens do DF.
3. Lei nº 81, de 29/12/89.
Autoriza o DF a alienar imóveis.
4. Decreto nº 15.591, de 26/04/94.
Altera o art. 19 do regulamento do ITBI, aprovado pelo Dec. nº 12.796, de 19/11/90.
5. Decreto nº 16.114, de 02/12/94.
Regulamenta o ITBI. **Alterado pelos Decretos: 16.589/95, 17.077/95, 18.771/97 e 19.981/98.**
6. Decreto nº 16.589, de 30/06/95.
Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
7. Decreto nº 17.077, de 28/12/95.
Introduz alterações no Dec. nº 16.100, de 29/11/94, que regulamenta o IPTU e no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
8. Lei nº 1.397, de 07/03/97.
Autoriza o poder executivo a promover a alienação de bens imóveis de propriedade do DF destinados a bancas de jornais e revistas, e dá outras providências.
9. Lei nº 1542, de 11/07/97.
Autoriza o poder executivo a contratar financiamento com o BNDES, e dá outras providências.
10. Decreto nº 18.771, de 30/10/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
11. Lei nº 1.765, de 13/11/97.
Autoriza o DF a alienar, por meio de permuta, os imóveis que especifica.
12. Decreto nº 31.482, de 29 de março de 2010.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Regulamenta a Lei nº 4.457, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal.

13. Decreto nº 32.452, de 12 de novembro de 2010.

Altera o Decreto nº 31.482, de 29 de março de 2010, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento das atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal.

14. LEI COMPLEMENTAR Nº 832, DE 09 DE MAIO DE 2011.

Altera a Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal.